

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PEDAGÓGICA NAS ETSUS

REESTRUTURAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DO
CURSO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DAS TURMAS
DESCENTRALIZADAS

Roberta Moriya Vaz

BELO HORIZONTE

2013

Roberta Moriya Vaz

**REESTRUTURAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DO
CURSO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DAS TURMAS
DESCENTRALIZADAS**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas ETSUS – CEGEPE, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, ETSUS Polo Belo Horizonte, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a Dra. Daclé Vilma Carvalho.

BELO HORIZONTE

2013

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Vaz, Roberta Moriya

Reestruturação das atribuições dos coordenadores do Curso Técnico Em Saúde Bucal das turmas descentralizadas. [manuscrito] / Roberta Moriya Vaz. - 2013.

26 f.

Orientadora: Daclé Vilma Carvalho

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS - Pólo Belo Horizonte-MG, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

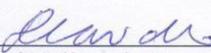
1.Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante. 3.Educação em Saúde/administração & organização. 4.Centros Educacionais de áreas da Saúde/administração & organização. 5. Saúde Bucal/educação. Carvalho, Daclé Vilma. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.

Roberta Moriya Vaz

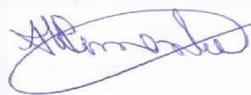
**REESTRUTURAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DO
CURSO TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL DAS TURMAS
DESCENTRALIZADAS**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Belo
Horizonte/MG.

BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª Dr.ª Daclé Vilma de Carvalho (Orientadora)



Prof. Dr. Adriano Marçal Pimenta

Data de aprovação: 19 de fevereiro de 2013

Belo Horizonte - MG
2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu mestre.

À minha orientadora, professora Daclé Vilma Carvalho pelos ensinamentos compartilhados no processo de elaboração desse trabalho.

À minha família pelo apoio indispensável.

Aos professores e colegas do Curso pela riqueza das discussões promovidas no decorrer do curso.

Aos meus colegas de trabalho da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, pelas experiências compartilhadas e dificuldades que juntos enfrentamos.

À amiga Fabiana pelo apoio e ajuda em muitos momentos da minha vida, inclusive durante o caminhar deste trabalho.

RESUMO

As atividades realizadas pelos coordenadores dos cursos Técnico em Saúde Bucal oferecidos pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) são fundamentais para a realização e o acompanhamento dos cursos, principalmente das turmas descentralizadas. Porém não há um documento formal e institucionalizado sobre competências e atribuições dos coordenadores, mas sim, documentos realizados pelas referências técnicas de cada época. O presente trabalho tem como objetivo reestruturar as atribuições dos coordenadores de curso do Curso Técnico em Saúde Bucal das turmas descentralizadas da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) a fim de oferecer a estes coordenadores uma adequada orientação para o exercício das atividades necessárias ao desenvolvimento do curso. Para isso, propõe-se a realização de quatro etapas, sendo que a primeira consiste no levantamento de documentos e publicações, a segunda na identificação das atribuições, a terceira na validação das atribuições e a última na análise dos dados.

Palavras-chave: Coordenação de curso. Atribuições do coordenador. Gestão pedagógica.

ABSTRACT

The activities performed by the coordinators of the courses in Technical Oral Health offered by the School of Public Health of the State of Minas Gerais (MG-ESP) are key to the implementation and monitoring of the courses, especially the classes decentralized. But there is a formal and institutionalized on powers and duties of the coordinators, but documents prepared by the technical references of each season. This paper aims to restructure the duties of the course coordinators Technical Course in Oral Health of classes decentralized School of Public Health of the State of Minas Gerais (MG-ESP) to offer these coordinators adequate guidance for the year activities necessary for the development of the course. For this, it is proposed to perform four steps, the first of which is a survey of documents and publications, the second in the identification of the tasks, the third validation of assignments and the final data analysis.

Keywords: Coordination of course. Tasks of the coordinator. Educational management.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CNE	Conselho Nacional de Educação
ESP-MG	Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
FHEMIG	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FUNED	Fundação Ezequiel Dias
GRS	Gerência Regional de Saúde
IF	Índice de fidedignidade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MG	Minas Gerais
NEPS	Núcleo de Educação Profissional em Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNEPS	Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
PPP	Projeto Político-Pedagógico
RET-SUS	Revista Rede de Escolas Técnicas do SUS
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SE	Secretaria de Ensino
SEDU	Superintendência de Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSB	Técnico em Saúde Bucal
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Objetivo Geral	14
1.2. Objetivos específicos	14
1.3. Justificativa	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1. A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais – aspectos históricos	16
2.2. Os cursos técnicos	18
2.3. O coordenador de curso	20
3. METODOLOGIA	23
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
ORÇAMENTO	27
CRONOGRAMA	28
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICES	33
ANEXOS	38

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 apresentou um importante avanço para o direito à saúde no Brasil, em seu Capítulo II, Seção II, Art. 196 a saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, tendo como modelo de prestação de serviços de saúde o Sistema Único de Saúde (SUS) após um processo histórico de lutas do Movimento Sanitário Brasileiro (RONCALLI, 2002).

O SUS foi criado com a finalidade de tornar obrigatório o atendimento público e gratuito a qualquer cidadão, alterando assim a situação de desigualdade na assistência à saúde da população. Ele é formado pelo conjunto de todas as ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas e fundações mantidas pelo Poder Público sendo permitido à iniciativa privada participar de forma complementar (BRASIL, 2000).

De acordo com a Constituição, compete ao SUS “além de outras atribuições, nos termos da lei ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde” (BRASIL, 1988, art. 200).

Em 2004, institui-se a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) através da Portaria nº 198/GM/MS de 13 de fevereiro como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor.

A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG) - junto com a escola técnica da UNIMONTES - é a responsável pela formação técnica dos trabalhadores do SUS no estado de Minas Gerais e tem como missão “promover a qualificação de profissionais atuantes no SUS em Minas Gerais, por meio da construção e difusão de conhecimentos gerados a partir da integração ensino-serviço” (PPP, 2012, p. 12).

Segundo dados da Revista Rede de Escolas Técnicas do SUS - RET-SUS (MATHIAS, 2011) dos 2,2 milhões de profissionais atuando em estabelecimentos de saúde no país, 1,2 milhão ocupa postos de trabalho de nível médio. Entre os objetivos estratégicos do Ministério da Saúde para o período de 2011 a 2014 está a ampliação da formação técnica profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, sendo a meta formar 97 mil trabalhadores por ano (SALOMÃO; SANTOS, 2012, p. 6)

Para atender a essa prerrogativa a ESP-MG oferta cursos realizados no município de Belo Horizonte (turmas centralizadas) e nos outros municípios do estado

de Minas Gerais (turmas descentralizadas). Atualmente os cursos técnicos ofertados são o de Hemoterapia, de Enfermagem e de Saúde Bucal.

Para a realização e o acompanhamento dos cursos, a instituição conta com os servidores do Núcleo de Educação Profissional em Saúde (NEPS) responsável pelos cursos técnicos - um coordenador do núcleo, as referências técnicas dos cursos, a equipe pedagógica e os apoios administrativos - e com contratados - docentes assistentes locais, que são os coordenadores do curso em cada município e docentes de concentração (aula teórica) e atividades práticas.

O coordenador do curso é um sujeito fundamental para a realização e o acompanhamento dos cursos, principalmente das turmas descentralizadas, pois estas estão distantes geograficamente da sede da ESP-MG que fica em Belo Horizonte. Portanto, são eles que acompanham e administram os cursos nos municípios dando auxílio à ESP-MG.

A qualidade das ações e do bom andamento dos cursos técnicos ofertados depende de diversos fatores e atores sociais, no entanto, o papel da coordenação de curso é essencial e perpassa por todas essas ações. Sendo assim, é necessário que eles tenham conhecimentos a respeito das atividades administrativas e burocráticas que envolvem a Superintendência Regional de Ensino, do plano de curso, do projeto político pedagógico (PPP), das metodologias educacionais adotadas pela ESP-MG, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio entre outros documentos.

A equipe pedagógica junto com a referência técnica do curso e outros servidores do setor realizam diversas ações com o objetivo de proporcionar aos atores sociais (coordenadores e docentes) envolvidos os conhecimentos necessários para exercerem suas funções. A capacitação realizada nas modalidades presencial e a distância, possibilita a estes uma aproximação com os saberes sobre o SUS, a ESP-MG, a Educação profissional, o método da problematização, o currículo integrado que é o adotado pela ESP-MG, a avaliação por competências e outros. Estes saberes são necessários à função do coordenador, pois este assume o cargo de docência temporariamente quando o docente está impossibilitado de exercê-lo e, como coordenador, precisa ter conhecimento sobre o curso. No entanto, percebe-se que os conhecimentos que dizem respeito às ações administrativas e burocráticas inerentes à coordenação de curso não são transmitidas de maneira eficiente.

A ação educacional ofertada pela ESP-MG que se refere especificamente ao coordenador de curso é a reunião inicial. Esta reunião com os coordenadores de curso realizada antes do início do curso tem a função de orientá-los sobre os procedimentos necessários para que o curso aconteça de maneira legalizada no município (autorização do curso, verificação in loco da sala de aula, documentação necessária para a Secretaria de Educação) e qual o seu papel e suas funções durante o curso. Atualmente, essa reunião não é institucionalizada, ficando sua organização ou não à critério da referência técnica do curso ou do coordenador do núcleo. E, quando realizada, ocorre de forma rápida, às vezes durante apenas meio período do dia, em que são colocadas de forma sucinta e superficial muitas informações que abrangem a ESP-MG, seu papel como coordenador para implementação da turma no município, dos documentos necessários para matrícula dos alunos e outras informações que a referência técnica, a equipe pedagógica e a secretaria de ensino julgam necessárias.

Assim, o coordenador de curso expressa sua angústia em desconhecer e não dominar suas funções neste cargo, seja pelo acúmulo de informações novas, seja pela falta de orientação dessas funções. Os coordenadores, portanto, não recebem uma adequada e efetiva orientação da ESP-MG, principalmente por não ter suas atribuições definidas e expressas em um documento institucionalizado o que dificulta o direcionamento de suas atividades como coordenador e a clareza de seus afazeres.

Dentre os cursos técnicos oferecidos, destaco o curso descentralizado Técnico em Saúde Bucal (TSB). Este curso tem uma carga horária total de 1300h sendo 560h de concentração e 740h de dispersão. O conteúdo do curso é organizado em três módulos, sendo cada um composto por unidades de estudo. Cada unidade de estudo tem, aproximadamente, uma semana de concentração, que é realizada no município sede, e três semanas de aulas práticas realizadas no próprio ambiente de trabalho do aluno. Os gestores de saúde municipais assumem o compromisso em liberar o funcionário para tais atividades, além de arcar com os gastos envolvendo seu transporte e alimentação, enquanto fora de seus municípios. Atualmente o TSB é realizado de forma descentralizada em oito municípios do Estado de Minas Gerais: Alfenas, Itabira, Governador Valadares, Patos de Minas, Pedra Azul, Ubá, Ituiutaba e Uberaba.

Esse curso durante os últimos dois anos, até a chegada da atual referência técnica, passou pela transição de sete referências técnicas. Essa transição junto com a cultura da escola em não registrar e documentar muitos de seus trabalhos, de registrar

em pastas de arquivos pessoais e a mudança de seu corpo de funcionários com a saída de contratados e entrada de servidores advindos do seu primeiro concurso público no ano de 2010 contribuiu para que cada referência a seu tempo criasse as atribuições dos coordenadores de acordo com seu conhecimento e critério ou tendo como base um documento antigo contendo as atribuições dos coordenadores. Nesse tempo, não houve uma análise em conjunto dos servidores dos setores envolvidos no processo das atribuições dos coordenadores de curso. Além disso, como a ESP-MG possui uma nova estrutura o que envolve reorganização em núcleos, mudanças de pessoas entre setores e também mudança de gestão dos processos, torna-se necessário repensar e analisar as atribuições dos coordenadores.

Assim, não há um documento formal e institucionalizado sobre competências e atribuições dos coordenadores, e sim, documentos realizados pelas referências técnicas de cada época.

Diante da falta de orientação e direcionamento aos coordenadores, há a ocorrência de vários problemas ligados às suas atividades tais como:

- Atraso na implantação e execução do curso;
- atraso na entrega da licença para lecionar dos docentes;
- falta de contrato assinado pelo docente;
- dificuldade de relacionamento com as inspetoras do município;
- falta de integração entre docentes de concentração e dispersão;
- falta de orientação aos docentes;
- falta de supervisão e suporte para realização das atividades práticas.

Para se entender melhor os problemas é preciso esclarecer alguns deles. Primeiramente, os cursos são planejados dentro de um calendário que envolve a disponibilidade dos docentes das aulas teóricas, requisição de sala para que ocorram as aulas naquele determinado período dentre outras demandas. Os atrasos e mudanças no planejamento envolvem uma nova reformulação de todos estes pontos gerando grandes transtornos para a ESP-MG. Além disso, os docentes precisam da licença para estar legalmente autorizados a ministrarem aulas e do contrato assinado para assinar no diário e receberem o pagamento. Todos estes itens influenciam na relação com as inspetoras do município. O coordenador que não proporciona situações de diálogo, reuniões entre os docentes faz com que o currículo integrado, proposta da ESP-MG, não se efetive na prática.

Diante destes e de vários outros problemas ligados direta ou indiretamente ao coordenador do curso faz-se necessário estabelecer estratégias para evitar ou minimizar a ocorrência de problemas que possam interferir na qualidade do curso ofertado.

Assim este trabalho visa elaborar um projeto de intervenção para oferecer subsídios para orientação dos coordenadores do curso Técnico em Saúde Bucal - turmas descentralizadas - na gestão dos processos, etapas e procedimentos que envolvem um efetivo funcionamento e desenvolvimento do curso.

1.1. Objetivo geral

Elaborar um projeto para reestruturar as atribuições do coordenador do curso Técnico em Saúde Bucal (TSB) das turmas descentralizadas.

1.2. Objetivos específicos

- Identificar nos documentos existentes no NEPS atribuições dos coordenadores.
- Identificar na literatura específica atribuições de coordenador de curso.
- Classificar as atribuições encontradas nos documentos e na literatura.
- Validar junto a especialistas as atribuições classificadas.

1.3. Justificativa

Ressaltamos que durante o processo de pesquisa bibliográfica para este projeto não foram encontradas legislações educacionais referentes ao coordenador de curso e sua formação acadêmica. O Parecer CNE/CEB N° 11/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio refere-se aos docentes.

Em relação ao coordenador a ESP-MG possui autonomia para elaborar e escolher o perfil dos coordenadores. Neste sentido, o perfil que se tem para este profissional no curso de TSB é: formação acadêmica correspondente à área temática do curso, inserido no serviço público, preferencialmente efetivo.

Consideramos importante ter como coordenadores profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso devido a maior facilidade desses em se relacionar e a se posicionar diante dos docentes, pois possuem a mesma formação acadêmica e, portanto, falam a “mesma língua”. O

coordenador também poderá contribuir para o direcionamento e orientação dos trabalhos nos cursos já que possui saberes, experiência profissional na área e conhecimento sobre os desafios e problemas relacionados a sua localidade e município.

A dificuldade de se encontrar profissionais da área da saúde que conheçam e tenham experiência na Educação Profissional e devido a ESP-MG ter suas especificidades de funcionamento como estabelecimento de ensino torna-se primordial a orientação aos coordenadores que irão atuar nos cursos técnicos.

O Parecer CNE/CEB N° 11/2012 destaca que:

O que se vislumbra nesse novo ambiente profissional é um trabalho executado basicamente em equipe e orientado para a solução de problemas cada vez mais complexos, oferecendo-lhes respostas cada vez mais flexíveis, criativas e inusitadas.

O coordenador é visto como componente e parceiro da equipe do NEPS, tendo a corresponsabilidade de solucionar os problemas. Para isso, é necessário ter conhecimentos e orientações que possam subsidiá-lo nas tomadas de decisões e a atuar efetivamente. Portanto é fundamental que as atribuições do coordenador constituam um documento institucionalizado e que seja elaborado de forma clara e objetiva. Esse documento deve ser usado na capacitação de coordenadores e disponibilizado a todos para consulta sempre que necessário.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais - aspectos históricos

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (ESP-MG, 2012, p.8), a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais tem sua história marcada pela relação entre os serviços de saúde e o sistema educacional, ao longo dos seus anos de trajetória. A instituição é criada no bojo da chamada “Reforma Alvino de Paula” (Decreto-lei 1.1751, de 3-6-1946), ocorrida durante a segunda intervenção pós-ditadura getulista, sob a condução de João Tavares Correia Beraldo (interventor) e do Dr. Alvino de Paula, nomeado para a Diretoria de Saúde Pública, logo depois reestruturada e nomeada como Departamento de Saúde Pública.

Em Minas Gerais, a Reforma Alvino de Paula traduz os anseios dos higienistas e estabelece como requisito básico para a contratação de médicos sanitaristas a conclusão do curso de Saúde Pública. Ocorre, nesse período uma tendência de especialização profissional para a área de Saúde Pública, representada nacionalmente pelos cursos desenvolvidos no Instituto Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro e no Instituto de Higiene de São Paulo, e, internacionalmente pela Fundação Rockefeller. A Escola de Saúde titulóu 260 médicos como sanitaristas nos primeiros sete anos até 1955, e 535 profissionais auxiliares até 1960, com importante repercussão qualitativa na composição do quadro sanitário e nas ações desenvolvidas pela organização sanitária estadual a partir de 1947. Desde sua criação, a ESP-MG atuou como suporte no âmbito da formação dos recursos humanos necessários à política de desenvolvimento sanitário no Estado de Minas Gerais (PPP, 2012, p. 8).

A criação da Fundação Ezequiel Dias (FUNED), por meio da lei nº 3.594 de novembro de 1970, passou a integrar as instalações da fábrica de medicamentos, centros de pesquisa e a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.

A partir do nascimento oficial do Sistema Único de Saúde em 1988, a Escola apresenta-se como um suporte presente e significativo para o seu desenvolvimento. Com a lei delegada nº 135 de 2007, a ESP-MG conquista sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, passando não apenas a executar atividades de saúde pública como também a planejar, coordenar e avaliar as atividades referentes à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento institucional e de recursos humanos, no âmbito do SUS.

Além de desvincular-se da FUNED, a ESP-MG assumiu todos os encargos, direitos, obrigações e responsabilidades inerentes às atividades da Escola de Formação Profissional da Diretoria de Pesquisa e Ensino da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG.



Figura 1 – Instalações da ESP-MG em 1946.

Para atender sua missão de acordo com esta proposta a ESP-MG apresenta sua estrutura educacional formada pela Superintendência de Educação (SEDU) que se divide em núcleos temáticos, que são os responsáveis pelo planejamento pedagógico e execução das ações nos três níveis educacionais (cursos livres, técnicos e de pós-graduação). A SEDU conta com quatro núcleos temáticos: Núcleo de Redes de Atenção à Saúde, Núcleo de Gestão em Saúde, Núcleo de Atenção Primária e Vigilância em Saúde e Núcleo de Educação Profissional em Saúde e também do Núcleo de Educação a Distância e de uma Gestão Pedagógica Colegiada que perpassa por todos eles. A equipe de Gestão Pedagógica é composta por pedagogos dos Núcleos Temáticos e por Pedagogos do Núcleo de Educação à Distância.

O Núcleo de Educação Profissional em Saúde (NEPS) é responsável pelos cursos técnicos e pelo curso de Agente Comunitário de Saúde atuando, assim, na oferta de ações voltadas para a qualificação de profissionais de nível médio do SUS.

2.2. Os cursos técnicos

Os cursos da ESP-MG têm como pressuposto a Educação Permanente em Saúde, que visa a transformação e organização do processo de trabalho através de uma formação que instiga um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de mudanças de valores e conceitos dos profissionais. Motta (1998) aponta que a proposta da Educação Permanente tem como marco conceitual, segundo o documento da OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde) “Proyecto Regional de Educacion Permanente en Salud” de 1990: a) o processo de trabalho como eixo do processo educativo, como fonte de conhecimento e objeto de transformação; b) mudança de consciência de uma visão restrita à cura, biológica e individual para uma visão integral do processo de trabalho em serviços ligados à promoção da saúde; c) participação coletiva.

Além de prezarem pelos pressupostos da Educação Permanente, os cursos técnicos são organizados segundo o parecer CNE/CEB Nº 11/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A partir do parecer, a ESP-MG optou por ter seus cursos organizados em módulos, sendo três módulos sequenciais e integrados durante todo o curso. Cada módulo é composto por um conjunto de unidades de estudo estruturadas a partir das competências específicas de cada módulo. Cada unidade possui uma série de atividades organizadas de forma sequenciada¹.

A ESP-MG adota a modalidade do Currículo Integrado para todos os cursos. O Currículo Integrado define-se “como um plano pedagógico e sua correspondente organização institucional que articula dinamicamente trabalho e ensino, prática e teoria, ensino e comunidade” (DAVINI, 1983). O Currículo Integrado articula as relações entre trabalho e ensino, os problemas enfrentados na realidade e suas hipóteses de solução. Considera-se importante as experiências pessoais concretas dos indivíduos e as características dos grupos sociais nos quais se encontram inseridos. Assim, o processo de ensino-aprendizagem se adapta a cada realidade local.

O currículo organizado pela ESP-MG é operacionalizado com a alternância regular de períodos presenciais de teorização (concentração) e outros de atividades práticas (dispersão e estágio), utilizando o trabalho como um contexto de formação. O

¹ Ver ANEXO 1: Quadro Curricular.

período de concentração é constituído por situações de reflexão sobre a prática, em que os alunos desenvolvem sequências das unidades didáticas para criar, aprofundar, acrescentar e sistematizar o conhecimento teórico. Após essas aulas, os alunos retornam ao ambiente de trabalho ou instituições do SUS para terem as aulas de dispersão e estágio. O período de dispersão é o momento de reorganização do processo de trabalho e caracteriza-se como efetivo exercício da função, considerando que a formação do aluno acontece nesse momento, no ambiente de trabalho. O estágio tem como principal objetivo proporcionar ao aluno o contato com a realidade na qual poderá atuar.

A equipe pedagógica realiza importantes ações educacionais para que a metodologia adotada seja contemplada através do coordenador e dos docentes do curso.

A primeira ação educacional é a organização da reunião inicial com os coordenadores, como dito anteriormente, mas que não ocorre sempre e de forma efetiva.

Antes de iniciar o curso, a equipe pedagógica, juntamente com a referência técnica, realiza uma Capacitação Pedagógica com carga horária de oito horas para os docentes e coordenador de curso, com o fim de apresentar esclarecimentos sobre a ESP-MG, sobre o curso, sua matriz curricular, sobre o currículo integrado, aprendizagem significativa, público do curso, avaliação e registros escolares.

Ao final de cada módulo do curso, a equipe pedagógica realiza uma reunião com os coordenadores e com todos os docentes de forma presencial ou por meio de videoconferência. Esta reunião tem como objetivo acompanhar o processo de desenvolvimento do curso, o andamento das aulas de concentração e aulas práticas, o nível de aprendizado dos alunos, a adaptação dos docentes ao currículo, as dificuldades e os problemas que devem ser solucionados.

Os coordenadores de curso e docentes também participam do curso a distância de Capacitação Pedagógica em Educação Profissional em Saúde - exigência esta feita pela Portaria GM/MS nº 1996 de 20 de agosto de 2007 - executada pela ESP na modalidade à distância, totalizando uma carga horária de 88 horas em que discutem sobre o currículo integrado, aprendizagem significativa, conceito de trabalho e educação, processo de avaliação, registros escolares e outros temas de forma mais abrangente e profunda.

Para o registro das atividades há instrumentos legais: os diários de classe. Neles, os docentes das aulas teóricas e práticas preenchem as datas em que foram realizadas as atividades e a carga horária, fazem a avaliação do aluno através da observação das

competências que este deve adquirir durante cada unidade de estudo e relatam, caso necessário, as observações sobre o desenvolvimento da aprendizagem do discente.

2.3. O coordenador de curso

Para se pensar o trabalho do coordenador, torna-se necessário refletir sobre a prática de suas atividades e os principais dilemas encontrados por ele, considerando o contexto em que atua de forma ampla. Neste sentido, a escola é vista como um sistema. Segundo Osborne (*apud* SOLÉ, 2001, p.117) a característica que define um sistema é que ele consiste de partes interdependentes, cada um dos elementos afetando e sendo afetado pelos demais.

Solé (2001, p. 117) observa que como sistema, a escola é formada por uma série de subsistemas – equipe diretora, equipes de docentes, entre outros – que se relacionam entre si, mediante uma série de caminhos. A escola pode ser considerada um sistema aberto, que se inter-relaciona com outros sistemas e mantém intercâmbios constantes com o meio.

Alarcão (2001, p. 24) aponta que:

A complexidade dos problemas que hoje se colocam à escola não encontra soluções previamente talhadas e rotineiramente aplicadas. Exige-se, ao contrário, uma capacidade de leitura atempada dos acontecimentos e sua interpretação como meio de encontrar a solução estratégica mais adequada para elas. Esse processo, pela sua complexidade, exige cooperação, olhares multidimensionais e uma atitude de investigação na ação e pela ação.

Percebe-se a importância da formação das pessoas, inclusive do coordenador, da atualização dos seus conhecimentos, do desenvolvimento de suas capacidades, do seu potencial de trabalho em equipe. É preciso analisar o contexto do coordenador de turmas descentralizadas e suas relações com os diversos sistemas do município que envolvem o gestor de saúde, a Superintendência Regional de Ensino, o docente de concentração, o docente de dispersão, o local de trabalho onde ocorre as atividades práticas, os alunos.

O coordenador de curso é o orientador de um grupo de docentes – profissionais da saúde – do curso técnico. É essencial sua preparação para receber estes de forma receptiva e aberta a fim de proporcionar uma boa interação entre eles. O coordenador ocupa um lugar de autoridade - pois representa a ESP-MG e atua em nome dela – porém, uma autoridade que deve permitir as trocas de experiências e o diálogo.

O conhecimento profissional na área, portanto, torna-se fundamental para que a relação entre o coordenador e docente seja mais próxima e que este seja uma referência e um suporte ao docente, mas a sua atuação como gestor, deste grupo, envolve também características de uma pessoa ativa, autônoma e que tenha liderança. Sua atuação envolve processos de autorização para o funcionamento do curso até a finalização deste, passando pela orientação dos processos educacionais. Além disso, é ele quem representa a ESP-MG no município, entra em contato com a Superintendência Regional de Ensino, e, quando necessário, com a Gerência Regional de Saúde (GRS) e Gestores de Saúde.

Sobre as atitudes esperadas e cuidados necessários que os coordenadores de grupo devem apresentar para não dificultar a dinâmica do grupo, Mota e Munari (2006) apontam os seguintes fatores:

- A competência técnica que seria o domínio dos conceitos científicos da área, dos instrumentos a serem aplicados e de habilidade para intervir e administrar as questões grupais, de tal forma que as pessoas envolvidas continuem trabalhando efetivamente;
- A competência interpessoal para conduzir o grupo com espontaneidade, propiciando um ambiente propício à integração grupal;
- A responsabilidade ética com o grupo, que deve ser de uma dimensão humanística, anti-autoritária e universal. A ética é inalienável, não se flexibiliza, não se desdobra, não existe nenhum talvez, nem se conjuga o verbo no passado e nem no futuro, está sempre no tempo presente. É uma questão de atitude;
- Procura-se colocar entre parênteses os conceitos adquiridos durante a formação acadêmica, para não enquadrar as pessoas em determinadas teorias prontas, acabadas e padronizadas, marginalizando-as.
- Como profissional não é possível emitir diagnósticos e leituras que generalizam o comportamento do grupo, porque cada um é singular e ímpar;
- Evitar os juízos para científicos e observações provenientes das crenças populares e mitos que não condizem com o universo grupal;
- Não permitir que idéias preconcebidas de uma racionalidade unidimensional decorrentes de seu convívio social interfiram em sua percepção grupal, como: idade, sexo, cor, raça, cultura, religião, traços físicos, trejeitos pessoais, outros;
- Orientar-se por meio do próprio tempo das pessoas, evitando atropelo e acima de tudo, observar os ritmos, perceber os rituais e as crenças inerentes ao grupo;
- É fundamental evitar os conceitos, os preconceitos e os para-conceitos, o que torna vital a necessidade de colocar em parêntese as emoções, ansiedades de expor um discurso, o temor de errar, o desejo de não perder o (s) membro (s) do grupo, o temor da crítica dos participantes, o medo de não obter uma avaliação positiva do trabalho realizado, o receio de perder toda a afetividade nascida do encontro e articulada na relação com o grupo.

Nota-se que diante de sua importância para o desenvolvimento de um curso técnico de qualidade, o coordenador de curso deve contar com um maior suporte da instituição que oferta o curso, com o objetivo de parear objetivos e fins comuns.

Observa-se que os coordenadores de curso técnico da ESP-MG não contam com o suporte necessário. Toma-se como exemplo as reuniões descritas anteriormente, que como não são institucionalizadas, nem sempre ocorrem de forma organizada e abordando todos os temas e itens necessários.

3. METODOLOGIA

Segundo Bezzon (2004) “devemos compreender como projeto de pesquisa a exposição organizada e sistemática de um plano a ser concretizado futuramente”. O autor ainda aponta que:

A maneira de alcançarmos nossos objetivos deve ser estabelecida por elementos teóricos e instrumentos de coleta de dados, além de um cronograma de execução da pesquisa futura.

Sendo assim, a metodologia é fundamental para um projeto de intervenção, pois traça o caminho que irá se percorrer a fim de alcançar os objetivos traçados.

Este projeto será desenvolvido através das etapas a seguir.

1ª Etapa - Levantamento de documentos e publicações

Guba e Lincoln (apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.39) afirmam que os documentos constituem uma fonte rica e estável. Para elaboração do Projeto em análise, será feito um levantamento dos documentos existentes no NEPS e Secretaria de Ensino (SE) relacionados aos coordenadores de curso. Esse levantamento será feito em arquivos de pastas de computador do NEPS, em arquivos da Secretaria de Ensino (SE) e na publicação de editais da ESP-MG.

Dos documentos analisados serão destacados todas as considerações relacionadas às competências do coordenador de curso.

O levantamento da literatura será feito nas seguintes bases de dados: Site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações²; Scientific Electronic Library Online (SCIELO)³; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁴; Portal de periódicos da CAPES⁵.

Serão utilizados como palavras-chave para a pesquisa: coordenador, coordenador de curso, papel do coordenador, coordenador pedagógico e supervisor pedagógico.

² <http://bdtd.ibict.br/>

³ <http://www.scielo.org/php/index.php>

⁴ <http://www.inep.gov.br/>

⁵ <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Os critérios para seleção das publicações serão artigos, pesquisas, documentos oficiais publicados nos últimos cinco anos, em língua portuguesa, que abordem pelo menos uma atribuição do coordenador e que estejam disponíveis on-line.

2ª Etapa - Identificação das atribuições (Coleta de dados)

Após a seleção dos documentos e dos artigos, estes serão numerados para facilitar identificação e lidos criteriosamente. As atribuições identificadas serão registradas em uma planilha com indicação da referência bibliográfica utilizada para facilitar reajustes.

Após análise das atribuições listadas, estas serão agrupadas por aproximação de tema e assunto para evitar repetição e registradas em um quadro (APÊNDICE A – Listagem das atribuições). Esta ação é importante devido haver atribuições que se repetem.

O quadro contribui para uma visão geral da quantidade de vezes em que as atribuições aparecem e de quais documentos foram retirados.

Classificação das atribuições

As atribuições identificadas serão classificadas de acordo com as seguintes categorias:

1. Atividades administrativas

As atividades administrativas são as que estão relacionadas ao acompanhamento de alunos, questões ligadas a docentes, emissão de pareceres e de relatório, dentre outras.

2. Gestão educacional

São ações que envolvem relacionamento, contato, comunicação com a ESP-MG e também com gestores e outras instâncias.

3. Atividades educativas

Referem-se à ações de cunho direcionado ao ato de educar tais como: encontros com docentes para acompanhamento dos processos educativos.

4. Atividades avaliativas

Envolvem avaliação de desempenho docente, avaliação final do curso e outras.

5. Registros escolares

Referem-se às atividades relacionadas ao registro nos diários escolares, ata de resultado final e outros.

6. Outras atividades

As atribuições classificadas (APÊNDICE B – Classificação das atribuições) serão apresentadas a quatro peritos (pedagogos) a fim de que possam analisar as atribuições listadas quanto: classificação, sua escrita e apresentação. Será solicitado também que sugiram outras atribuições que ainda não fazem parte da listagem, mas que julgam necessárias e pertinentes e que devem constar como atribuições do coordenador.

Após os reajustes necessários, as atribuições serão registradas em um instrumento (APÊNDICE C – Validação das atribuições) que será utilizado na etapa de validação das atribuições do coordenador. Estes participantes deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Perito).

3ª Etapa - Validação das atribuições do coordenador

As atribuições identificadas, analisadas, reformuladas e sugeridas pelos peritos (APÊNDICE C) serão submetidas à validação por especialistas que atuarão como juízes.

Serão convidados a atuarem como juízes: o coordenador do NEPS, a referência técnica do curso de TSB da ESP-MG, as duas profissionais que são referência dos cursos técnicos da Secretaria de Ensino da ESP-MG, os oito coordenadores de turmas descentralizadas do curso de TSB em andamento, os dezesseis docentes de concentração e os cento e cinquenta e seis de dispersão. Todos serão convidados, por e-mail, com orientação sobre o objetivo geral do trabalho, o instrumento com as atribuições a serem validadas (APÊNDICE C) e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Juiz). Os que aceitarem participar desta etapa deverão enviar o TCLE assinado (escaneado) e o instrumento preenchido ambos por e-mail. Aqueles que não devolverem o material no prazo estipulado serão lembrados apenas uma vez com novo prazo.

Será solicitado ao juiz que após analisarem as atribuições contidas no APÊNDICE C assinalem seu parecer para cada atribuição, ou seja: **Concordo** ou **Não concordo**. E em caso de Não concordo colocarem sua justificativa.

4º Etapa - Análises dos dados

Hersen e Barlow (1977) entendem que o índice de fidedignidade (IF), ou seja, a concordância entre juízes ou peritos, deve ser obtido através da fórmula que se segue e preconizam como aceitável um nível de concordância de 70 a 80%.

Pela característica do presente estudo consideramos aceitável um índice de concordância de 60,0%.

$$\text{IF} = \frac{\text{N}^{\circ} \text{ de acordos}}{\text{N}^{\circ} \text{ de acordos} + \text{N}^{\circ} \text{ de desacordos}} \times 100$$

Após tabulação e estatística dos resultados a atividade que obtiver no mínimo 60,0% de concordância entre os juízes será considerada como atribuição dos coordenadores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atribuições validadas serão entregues ao coordenador do NEPS e a referência técnica do curso e se aceitas farão parte, futuramente, de um Manual para orientação dos coordenadores.

Obviamente, ao se pensar em um projeto, pensa-se logo em custos. Os recursos para realização do curso provêm da esfera federal, ligados a portarias ministeriais e à educação permanente. O recurso para custeio dessa ação é originário da Portaria N° 2813, de 20 de novembro de 2008, que foi destinado para o referido curso pelas Deliberações CIB-SUS/MG N° 586, de 21 de outubro de 2009, CIB-SUS/MG N° 923, de 21 de setembro de 2011 e CIB-SUS/MG N°1.200, de 18 de julho de 2012, no montante de R\$1.884.267,31 (um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), para custeio das despesas correntes.

Assim os custos para implementação deste projeto de intervenção que visa a reestruturação das atribuições do coordenador de cursos e futuramente a criação do Manual para os coordenadores do curso técnico em saúde bucal das turmas descentralizadas serão inseridos dentro dos recursos provindos da esfera federal.

Para toda ação da ESP-MG, faz-se uma Memória de Cálculo de custos de ações educacionais. Nesta memória de cálculo se encontra, portanto, os planejamentos de todas as ações a serem realizadas durante todo o curso. Seria nesta memória que entraria, portanto, a previsão do custo do manual dos coordenadores. Exemplo desta memória se encontra em anexo⁶ e, como se pode perceber, há recursos para tal iniciativa.

⁶ Ver ANEXO 2.

ORÇAMENTO

Apresentamos uma planilha com as projeções de curso para reestruturação das atribuições do Coordenador de curso.

Ações	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Ver Apêndice 1	6 pacotes com 500 folhas de papel A4 cada.	R\$ 12,00	R\$ 72,00
Ver Apêndice 2			
Ver Apêndice 3			

CRONOGRAMA

AÇÕES	PERÍODO
Levantamento dos documentos existentes no NEPS e Secretaria de Ensino (SE) relacionados aos coordenadores de curso.	1ª Quinzena de Abril
Levantamento da literatura sobre as atribuições dos coordenadores de curso.	2ª Quinzena de Abril
Coleta de dados: Identificação nos documentos encontrados e na literatura das atribuições dos coordenadores	Mês de maio
Classificação das atribuições encontradas nos documentos e na literatura.	1ª Quinzena de Junho
Submissão aos peritos, das atribuições classificadas para análise e sugestões	2ª Quinzena de Junho
Reestruturação do quadro de atribuições avaliadas pelos peritos	1ª Quinzena de Julho
Validação das atribuições junto aos especialistas	2ª Quinzena de Julho a 1ª Quinzena de Agosto
Análise estatística dos resultados da validação junto aos juizes	2ª Quinzena de Agosto a 1ª Quinzena de Setembro
Elaboração do relatório final do trabalho	2ª Quinzena de Setembro
Entrega do trabalho ao coordenador do NEPS / ESP-MG	Final de outubro

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, Isabel (org.). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BEZZON, Lara Crivelaro (org.). *Guia prático de monografias, dissertações e teses: Elaboração e apresentação*. 2.ed. Campinas: Alínea, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Conselho de Educação Básica. Parecer nº 11, de 9 de maio de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 set. 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 out. 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 198, de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 fev. 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 ago. 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2813, de 20 de novembro de 2008. Define recursos financeiros do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema Único de Saúde (SUS): princípios e conquistas*. Brasília: MS, 2000.
- DAVINI, Maria Cristina. Currículo Integrado. In. UFRN. *Oficina de trabalho – Rede CADRHU*. Natal: UFRN, 1983. Disponível em: <http://pessoal.utfpr.edu.br/sant/arquivos/curriculo_davini.pdf>. Acesso em: 12 fev 2013.

ESP-MG. *Projeto político pedagógico da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais*. Belo Horizonte: ESP-MG, 2012.

GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. Effective Evaluation. In: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986, p. 25-44.

HERSEN, M.; BARLOW, D. H. *Single case experimental designs: Strategies for studying behavior change*. New York: Pergamon Press, 1977.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MATHIAS, Maíra. Escolas públicas unidas pela formação de técnicos em saúde. *Revista Rede de Escolas Técnicas do SUS*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 10-20, set. 2011.

MINAS GERAIS. Lei delegada nº 135 de 25 de janeiro de 2007. Dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 30 jan. 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Deliberação nº 1200 de 18 de julho de 2012. Altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 923, de 21 de setembro de 2011, no que se refere ao número de turmas ofertadas para o curso técnico em saúde bucal e auxiliar de saúde bucal. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 jul. 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Deliberação nº 586 de 21 de outubro de 2009. Aprova as normas gerais do Curso Técnico de Gerência em Saúde para o SUS no âmbito do Estado de Minas Gerais. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 out. 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Deliberação nº 923 de 21 de setembro de 2011. Aprova a realocação de recursos resultantes da Deliberação CIB-SUS/MG nº 586, de 21 e outubro de 2009, para a execução do Curso Técnico em Saúde Bucal, em substituição ao curso Técnico de Gerência em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais do Curso Técnico em Saúde Bucal para o SUS no âmbito do Estado de Minas Gerais. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 22 set. 2011.

MOTA, Kátya Alexandrina Matos Barreto; MUNARI, Denise Bouttelet. Um olhar para a dinâmica do coordenador de grupos. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 8, n. 1, p. 150-161, 2006. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/revista8_1/atualizacao.htm>. Acesso em 6 fev. 2013.

MOTTA, José Inácio Jardim. *Educação permanente em saúde: da política do consenso à construção do dissenso*. 1998. Dissertação (Mestrado Educação em Ciências e Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

RONCALLI, Angelo Giuseppe. O desenvolvimento das políticas públicas de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde. In: PEREIRA, Antônio Carlos. *Saúde Bucal Coletiva*. Belo Horizonte: MEDSI, 2002.

SALOMÃO, Beatriz; SANTOS, Jessica. Seminário faz balanço do Profaps em 2011. *Revista Rede de Escolas Técnicas do SUS*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 6-9, jan./fev. 2012

SOLÉ, Isabel. *Orientação educacional e intervenção psicopedagógica*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

APÊNDICE A – Listagem das atribuições

	Documentos da ESP-MG					Literatura	
ATRIBUIÇÕES							
1. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS							
2. GESTÃO EDUCACIONAL							
3. ATIVIDADES EDUCATIVAS							
4. ATIVIDADES AVALIATIVAS							
5. REGISTROS ESCOLARES							
6. OUTRAS ATIVIDADES							

APÊNDICE B – Classificação das atribuições

<p><u>Orientação aos peritos:</u> Favor analisar as atribuições listadas a seguir e sugerir mudanças na escrita e apresentação destas bem como sugerir atribuições que você considera que deva constar como atribuições do coordenador do Curso Técnico de Saúde Bucal.</p>	
Atribuições	Observações e Sugestões
Atividades administrativas	
Gestão educacional	
Atividades educativas	
Atividades avaliativas	
Registros escolares	
Outras atividades	

APÊNDICE C – Validação das atribuições

Orientações aos juizes: Este documento é uma avaliação dos itens que você analisa como atribuições do coordenador de TSB. Este documento contém uma avaliação sobre cada atribuição a partir de 2 encaminhamentos: concordo plenamente e não concordo. Você deverá marcar para cada atribuição um X em um destes encaminhamentos e justificar em caso de marcação em não concordo.

Atividades Administrativas			
Atribuições	Concordo Plenamente	Não Concordo	Justificativa
Gestão Educacional			
Atribuições	Concordo Plenamente	Não Concordo	Justificativa
Atividades Educativas			
Atribuições	Concordo Plenamente	Não Concordo	Justificativa
Atividades Avaliativas			
Atribuições	Concordo Plenamente	Não Concordo	Justificativa
Registros Escolares			
Atribuições	Concordo Plenamente	Não Concordo	Justificativa
Outras Atividades			
Atribuições	Concordo Plenamente	Não Concordo	Justificativa

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Perito**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) _____

Sou analista em educação e pesquisa em saúde e atuo na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Estou realizando um trabalho para estruturar as atribuições do coordenador do curso Técnico em Saúde Bucal (TSB).

Este projeto constituirá em meu trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de especialista na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG) com orientação da prof^a Dra Daclé Vilma Carvalho.

As atribuições do coordenador identificadas em documentos da ESP e na literatura foram listadas e classificadas. Para aprimoramento desta listagem convido o(a) sr(a) para participar desta fase do estudo, atuando como perito, analisando as atribuições que se encontram enunciadas, sua redação, apresentação e sugestão de outras que ainda não fazem parte da listagem, mas que você julgue necessárias e pertinentes e que devem constar como atribuições do coordenador.

A sua participação é voluntária e a não adesão não terá nenhuma implicação pessoal ou profissional. Se estiver de acordo em colaborar com esta fase do estudo, após a leitura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido favor assinar o termo abaixo.

Nossos sinceros agradecimentos.

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade de número _____, emitida pela _____, declaro que fui informado (a), de maneira clara e objetiva sobre minha participação voluntária nesta fase do trabalho.

Assinatura do participante

Nome/ telefone
Analista em Educação e Pesquisa

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do Juiz**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) _____

Sou analista em educação e pesquisa em saúde e atuo na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Estou realizando um trabalho para estruturar as atribuições do coordenador do curso Técnico em Saúde Bucal.

Este projeto constituirá em meu trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de especialista na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (EEUFMG) com orientação da prof^a Dra Daclé Vilma Carvalho.

As atribuições do coordenador identificadas em documentos da ESP e na literatura deverão ser submetidas a validação por especialista. Para atender a esta recomendação convidamos o(a) sr(a) para participar desta fase do estudo, atuando como juiz. Você deverá analisar cada uma das atribuições listadas a seguir, deverá assinalar diante de cada atividade se **concorda** ou **não concorda que seja uma atribuição do coordenador** e justificar caso marque em não concorda.

A sua participação é voluntária e a não adesão não terá nenhuma implicação pessoal ou profissional. Se estiver de acordo em colaborar com esta fase do estudo, após a leitura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido favor assinar o termo abaixo.

Nossos sinceros agradecimentos.

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade de número _____, emitida pela _____, declaro que fui informado (a), de maneira clara e objetiva sobre minha participação voluntária nesta fase do trabalho.

Assinatura do participante

Nome/ telefone

Analista em Educação e Pesquisa

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2013

ANEXO 1 – Quadro Curricular do Curso Técnico em Saúde Bucal (TSB)

Módulo	Unidades de Estudo	Carga Horária	
		Concentração	Dispersão
I Contexto do trabalho em saúde no SUS	Processo saúde-doença/Promoção da Saúde	40	40
	Políticas de saúde no Brasil	40	40
	Vigilância em saúde	40	40
	Planejamento em saúde	40	40
	Processo de trabalho em saúde	40	40
II Participando da organização do trabalho, planejamento das ações e prevenção de doenças bucais	Anatomia humana	20	30
	Diagnóstico bucal coletivo	20	30
	Sistema de informação em saúde bucal	20	30
	Educação em saúde bucal	20	30
	Processo de trabalho em saúde bucal	40	60
	Atendimento no consultório odontológico	40	60
	Vigilância em saúde bucal	40	60
	Doenças bucais	40	60
III Participando do controle e incidência das doenças bucais	Controle das doenças bucais	40	60
	Atividades restauradoras	30	50
	Noções básicas de metodologia de ensino aprendizagem	10	10
	Exames complementares em odontologia	30	50
	Pesquisa em saúde bucal	10	10

ANEXO 2 – Memória de Cálculo de Custo de Ações Educativas

PASSAGENS

ANEXO VI – Memória de cálculo de custo de ações educativas

Ação Educacional:

Local de Realização:	Minas Gerais (9 turmas descentralizadas + 1 centralizada)
Período de Realização:	Março/2013 a Junho/2014
Duração da ação (em meses):	14 meses
Carga Horária do Curso:	1.300 horas (560 concentração + 740 dispersão)
Número total de Alunos:	355 (35 nas descentralizada e 40 na centralizada)
Valor da hora aula Concentração	R\$ 25,00
Valor da hora aula Dispersão:	R\$ 3,20
Carga Horária Concentração:	560h
Carga horária Dispersão:	740h

MATERIAL DE CONSUMO

Item de despesa	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
Apagador para quadro branco (plástico com feltro)	20	R\$ 5,00	R\$ 100,00
Apontador para lápis	20	R\$ 2,00	R\$ 40,00
Barbante em algodão	10	R\$ 5,70	R\$ 57,00
Borracha branca	750	R\$ 0,40	R\$ 300,00
Caneta esferográfica azul	750	R\$ 0,20	R\$ 150,00
Cartolina cor amarela 150g (50x66)	50	R\$ 0,30	R\$ 15,00
Cartolina cor branca 150g (50x66)	50	R\$ 0,30	R\$ 15,00
Capa pp para encadernação 210x297	750	R\$ 0,40	R\$ 300,00
Cdr-w regravável (80 min/700mb) 12x Cx 1 un	30	R\$ 2,30	R\$ 69,00
Cola branca líquida para papel 110g	10	R\$ 2,30	R\$ 23,00
Dvd-r gravável 4,7gb 120min 4x Cx 1 un	30	R\$ 2,50	R\$ 75,00
Espiral encadernação 9mm plástico capacidade 50fl	399	R\$ 0,15	R\$ 59,85
Estilete para uso em escritório	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
Fita crepe 19mmx50m	40	R\$ 3,00	R\$ 120,00
Grampeador de mesa médio 26/6	10	R\$ 9,00	R\$ 90,00
Grampo para grampeador 26/6 CX 5000 un	10	R\$ 3,00	R\$ 30,00
Lápis preto n. 2	750	R\$ 0,30	R\$ 225,00
Papel sulfite 75g 210x297 A4 PCT 500 fl	50	R\$ 14,00	R\$ 700,00
Papel kraft natural 80g 66x96cm	1000	R\$ 0,30	R\$ 300,00
Pasta c/aba elástico	100	R\$ 1,10	R\$ 110,00
Pasta para processo	22	R\$ 1,00	R\$ 22,00
Pasta Suspensa	2500	R\$ 3,00	R\$ 7.500,00
Pincel atômico preto	80	R\$ 2,00	R\$ 160,00
Pincel atômico azul	80	R\$ 2,00	R\$ 160,00
Pincel atômico verde	80	R\$ 2,00	R\$ 160,00
Pincel atômico vermelho	80	R\$ 2,00	R\$ 160,00
Pincel azul para quadro branco	40	R\$ 3,50	R\$ 140,00
Pincel preto para quadro branco	40	R\$ 3,50	R\$ 140,00
Pincel vermelho para quadro branco	40	R\$ 3,50	R\$ 140,00
Tesoura multiuso	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
Total	7811	R\$ 87,75	R\$ 11.490,85